

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0241994-7

4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Apelante: ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA LFG BUSINESS, EDIÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA

Apelada: PRISCILA LIMA DOS SANTOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DANOS MORAIS. *QUANTUM*. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO UNÂNIME.

- Tratando-se de ação de indenização por danos morais, em que há exposição satisfatória da causa de pedir e do pedido, permitindo a exata compreensão da relação jurídico-litigiosa, nada impede que o autor da demanda formule pedido genérico, deixando ao arbítrio do julgador a fixação do montante reparatório. Precedentes do STJ.
- No arbitramento do *quantum* indenizatório, devem ser observadas as circunstâncias fáticas do caso, levando-se em consideração os valores envolvidos, o grau de culpa, o nível socioeconômico das partes e as repercussões do evento danoso.
- Indenização mantida em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0241994-7, que tem como Apelante ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA LFG BUSINESS, EDIÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA, e, como Apelada, PRISCILA LIMA DOS SANTOS, ACORDAM os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, **01 JUL 2014**


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0241994-7

4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Apelante: ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA LFG BUSINESS, EDIÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA

Apelada: PRISCILA LIMA DOS SANTOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c obrigação de fazer e indenização por danos morais, com pedido de liminar, proposta por PRISCILA LIMA DOS SANTOS, contra ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA LFG BUSINESS, EDIÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA e EDILENE TEIXEIRA DE ARAÚJO SILVA ME, em virtude da não devolução, pelas rés, dos cheques pós-datados emitidos pela autora, os quais teriam sido indevidamente apresentados ao banco, a despeito da resolução do contrato de prestação de serviço de ensino celebrado entre as partes.

Na decisão de fl. 29, foi deferida a liminar pleiteada, para determinar às rés que se abstenham de incluir o nome da autora em cadastro de inadimplentes pela dívida discutida nos autos.

Na audiência de conciliação, foram devolvidos à autora os cheques objeto do litígio, delimitando-se a controvérsia ao pedido de indenização por danos morais (fl. 106).

Na sentença de fls. 108/110, o MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru julgou procedentes os pedidos formulados, condenando as empresas demandadas, de forma solidária, a indenizarem a demandante por danos morais, na quantia arbitrada em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), bem como ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Inconformada, ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A interpôs APELAÇÃO CÍVEL às fls. 114/122, sustentando, preliminarmente, a inépcia da petição inicial, e, no mérito, a inexistência de danos morais e a ocorrência de excesso no valor estabelecido para a indenização, requerendo, ao final, que a decisão monocrática seja reformada, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, ou julgando-se improcedentes os pedidos, e, alternativamente, que seja minorado o *quantum* indenizatório.

Em contrarrazões, a apelada pugna pela manutenção integral da sentença (fls. 127/138).

É o relatório. Dispensada a Revisão, nos termos do § 3º, do art. 551, do Código de Processo Civil, em face de o valor atribuído à causa, bem como à condenação, ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife,

3/6/2014

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0241994-7 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Apelante: ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA LFG BUSINESS, EDIÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA

Apelada: PRISCILA LIMA DOS SANTOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

VOTO

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c obrigação de fazer e indenização por danos morais, com pedido de liminar, proposta por **PRISCILA LIMA DOS SANTOS**, contra **ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA LFG BUSINESS, EDIÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA** e **EDILENE TEIXEIRA DE ARAÚJO SILVA ME**, em virtude da não devolução, pelas rés, dos cheques pós-datados emitidos pela autora, os quais teriam sido indevidamente apresentados ao banco, a despeito da resolução do contrato de prestação de serviço de ensino celebrado entre as partes.

Na decisão de fl. 29, foi deferida a liminar pleiteada, para determinar às rés que se abstivessem de incluir o nome da autora em cadastro de inadimplentes pela dívida discutida nos autos.

Na audiência de conciliação, foram devolvidos à autora os cheques objeto do litígio, delimitando-se a controvérsia ao pedido de indenização por danos morais (fl. 106).

Na sentença de fls. 108/110, o MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru julgou procedentes os pedidos formulados, condenando as empresas demandadas, de forma solidária, a indenizarem a demandante por danos morais, na quantia arbitrada em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), bem como ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Inconformada, **ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A** interpôs **APELAÇÃO CÍVEL** às fls. 114/122, sustentando, preliminarmente, a inépcia da petição inicial, e, no mérito, a inexistência de danos morais e a ocorrência de excesso no valor estabelecido para a indenização, requerendo, ao final, que a decisão monocrática seja reformada, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, ou julgando-se improcedentes os pedidos, e, alternativamente, que seja minorado o *quantum* indenizatório.

Em contrarrazões, a apelada pugna pela manutenção integral da sentença (fls. 127/138).

(i) Da preliminar de inépcia da inicial

A recorrente defende que a petição inicial é inepta, por lhe faltar o pedido, sob o argumento de que a recorrida deixou de apontar o *quantum* que almeja receber a título de reparação pelos danos morais alegados.

Entendo que a insurgência não merece prosperar, por considerar inaplicável ao caso o art. 295, I, c/c parágrafo único, I, tendo em vista que a causa de pedir e o pedido foram

satisfatoriamente expostos pela apelada, permitindo a exata compreensão da relação jurídico-litigiosa, restando claro o seu desiderato de obter indenização por danos morais.

Em tais circunstâncias, nada impede que o autor da demanda formule pedido genérico, deixando ao arbítrio do julgador a fixação do montante reparatório, consoante o reiterado entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. IMPRENSA. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. LEI DE IMPRENSA. INAPLICABILIDADE (ADPF N. 130/STF). PEDIDO. INDICAÇÃO EXATA DO VALOR PLEITEADO. DESNECESSIDADE. INÉPCIA DA INICIAL NÃO CONFIGURADA. OFENSA À HONRA. NOTA EM COLUNA SOCIAL DE CARÁTER SENSACIONALISTA, COM EXAGERO DO DIREITO-DEVER DE INFORMAR. NECESSIDADE DE REPARAÇÃO DO DANO MORAL. VALOR INDENIZATÓRIO. POSSIBILIDADE DE CONTROLE PELO STJ QUANDO VERIFICADO EXAGERO. REDUÇÃO. JUROS DE MORA. FIXAÇÃO.

1. Não se verificam as alegadas omissões no acórdão recorrido, que expressamente afastou a incidência da Lei de Imprensa e levou em consideração o art. 159 do Código Civil de 1916. Inocorrência, de igual modo, de omissão quanto à fixação dos juros de mora.

2. A Lei n. 5.250/1967 (Lei de Imprensa) foi declarada incompatível com a Constituição Federal de 1988 pelo Eg. Supremo Tribunal Federal (ADPF n. 130, Relator o Ministro CARLOS AYRES BRITTO, PLENÁRIO, julgada em 30/4/2009).

3. Não há inépcia da inicial em ação que busca a condenação por danos morais e o autor deixa a fixação do montante ao prudente arbítrio do julgador. Precedentes.

4. Confronto entre a inviolabilidade da intimidade e da honra das pessoas e a liberdade de expressão jornalística. Exagero no direito-dever de informar, pelo teor sensacionalista da notícia, prevalecendo a defesa da honra do ofendido.

5. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o STJ pode alterar o valor dos danos morais quando fixados de maneira exagerada, sem que isso implique revolvimento do conteúdo fático-probatório.

6. No caso, o valor comporta redução, levando-se em consideração aspectos como a presença constante do recorrido em reportagens polêmicas e de grande repercussão, ser ele pessoa pública e não se tratando de ofensa de natureza extremamente grave.

7. Os juros de mora incidem desde o evento danoso, à taxa de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do CC/2002, e pela Taxa Selic após essa data (EResp n. 727.842/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, CORTE ESPECIAL, DJe de 20/11/2008).

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, parcialmente provido.

(STJ - REsp 645.729/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2012, DJe 01/02/2013).

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AGENTES POLICIAIS MILITARES. ABUSO DE AUTORIDADE. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. DANOS MORAIS. PEDIDO GENÉRICO. POSSIBILIDADE.** APLICABILIDADE DO ART. 515, § 3º, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. INVIABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não se configura a alegada inépcia da petição inicial, na medida em que é possível a formulação de pedido genérico em ação de indenização por danos morais. Com efeito, "o pedido inicial, como manifestações de vontade, deve ser interpretado à luz do princípio

da efetividade e da economia processual, que visam conferir à parte um máximo de resultado com um mínimo de esforço processual. Consectariamente, muito embora a lei processual imponha que o pedido seja certo e determinado não obsta que o mesmo seja genérico, como, in casu, em que foi requerida a indenização pelos danos materiais e morais sem definição, initio litis, do quantum debeatur" (REsp 693.172/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 12.9.2005).

2. Nos termos do art. 515, § 3º, do CPC, versando a controvérsia sobre matéria exclusivamente de direito, não há nenhum óbice a que o Tribunal, em sede recursal, proceda à análise imediata do mérito da demanda, após o afastamento da causa de extinção do processo sem julgamento de mérito.

3. A revisão dos critérios e do percentual relativo à sucumbência resulta em reexame de matéria fático-probatória, insuscetível de reapreciação em sede de recurso especial, conforme a Súmula 7/STJ.

4. É certo que há entendimento nesta Corte que flexibiliza essa orientação, qual seja, quando o valor fixado a título de honorários for exorbitante ou irrisório cabe reexame em sede de recurso especial. Todavia, o caso dos autos não se enquadra nessas hipóteses, na medida em que os honorários advocatícios foram fixados no montante de dez por cento (10%) sobre o valor da condenação, que é de apenas R\$ 25.000,00, o que totaliza, em média, R\$ 2.500,00.

5. Recurso especial desprovido.

(STJ - REsp 926.628/MT, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 18/06/2009).

Assim, rejeito a preliminar arguida, em razão da sua manifesta inconsistência jurídica, passando ao exame de mérito do recurso.

(ii) Da configuração dos danos morais e do *quantum* indenizatório

Embora a apelante sustente que, nos autos, não há prova da existência dos danos morais reclamados, entendo que estes podem ser extraídos da própria situação fática narrada, já que o desrespeito com que foi tratada a consumidora apelada acarretou-lhe dissabores que ultrapassam a esfera do mero aborrecimento.

Com efeito, desprezando todos os esforços amigáveis da recorrida, verifico que a recorrente somente lhes devolveu os cheques em questão, reconhecendo a inexistência da dívida, mediante o ajuizamento da presente demanda (fl. 106), sendo certo que escapa à razoabilidade o lapso temporal de quase um ano decorrido após a data da rescisão do contrato, exercida pela recorrida em conformidade com a faculdade conferida pela cláusula terceira (fl. 15-v).

Não bastasse esse fato, observo que os cheques chegaram a ser apresentados indevidamente junto ao banco (fls. 19/22), sendo um deles, inclusive, compensado (fl. 19), privando a apelada do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), desde a data de 28/04/2010 até 06/05/2010, quando a apelante devolveu a quantia através de depósito bancário (fl. 20).

Assim, verificada a efetiva ocorrência do dano e o dever de indenizar, faz-se necessário proceder ao exame do *quantum* indenizatório, levando-se em consideração os critérios estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

Quanto ao valor total dos cheques não devolvidos à apelada, tenho que é de razoável monta (R\$ 1.200,00 - mil e duzentos reais); no que concerne ao grau de culpa da apelante, entendo

que esta não atentou para os deveres que lhes são impostos em decorrência de sua atividade, tendo agido de forma negligente, ao tratar a consumidora com descaso, e, imprudente, ao apresentar os cheques ao banco, muito tempo após a resolução do contrato.

Quanto ao nível socioeconômico das partes, observo que a recorrida é funcionária pública, de quem é exigido bom nome e reputação, que poderiam ter sido maculados pela conduta desidiosa da recorrente, enquanto esta é pessoa jurídica com notória capacidade financeira, tomando-se como referência o seu capital social, estimado em mais de setenta e nove milhões de reais (fl. 64). O *quantum* indenizatório, portanto, deve ser suficiente para desestimular o seu comportamento lesivo, tornando-lhe mais atraente zelar pela segurança e presteza dos seus procedimentos do que custear indenizações irrisórias decorrentes de suas deficiências técnicas.

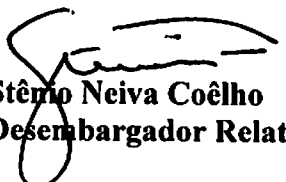
Sobre as repercussões do evento danoso, considero que a apelada suportou diversos transtornos decorrentes do evento danoso em tela, vendo-se privada indevidamente de quantia, e forçada a sustar cheques, efetuar inúmeras ligações, e ingressar com uma demanda judicial para que seu direito de consumidora fosse respeitado.

Face às circunstâncias fáticas mencionadas, entendo que a Sentença combatida está em conformidade com a doutrina e a jurisprudência, inclusive na mensuração necessária para a fixação do montante indenizatório, realizada com moderação, em atenção aos princípios de razoabilidade e proporcionalidade.

Ante o exposto, **VOTO** no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de apelação cível aforado por **ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA LFG BUSINESS, EDIÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA**, mantendo incólume a sentença atacada.

É como voto.

Recife, 01 JUL 2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator